

RESPONSABILIDADE SOCIAL EMPRESARIAL A PARTIR DA ANÁLISE INSTITUCIONAL

POR ANA LÉA SANTOS DA SILVA*

INTRODUÇÃO

A sociedade atual vive dois momentos concomitantes, no contexto institucional, de acordo com o que se propõe nesta escrita: o funcionamento de serviços substitutivos, decorrentes da reforma psiquiátrica; e, a escassez dos recursos naturais, devido a exploração sem limites dos mesmos; bem como o esgotamento físico e mental daquele que produz, o ser humano. Quando se pensa na lógica de consumo do capitalismo, pode-se pensar imediatamente nas empresas, e como elas se estruturam para que a demanda desse consumo desenfreado seja atendida. Atualmente existem práticas, que inseridas às ações estratégicas das empresas, além de proporem um repensar ao funcionamento de produção, organização de trabalho e relação com os diversos públicos, que vinha ocorrendo até então, promovem uma produção mais sustentável. O objetivo deste ensaio é mostrar a responsabilidade social empresarial como um repensar ao que está instituído nas empresas, ou seja, os processos produtivos e organizações de trabalho “insanos”, podendo ser justificáveis, pois precisam atender o que o capitalismo impõe. E, problematizar que mesmo essas ações que visam a sustentabilidade, estão atravessadas pela lógica do capitalismo.

ANÁLISE INSTITUCIONAL

Como já citado, o movimento institucionalista surgiu na França, nas décadas de 50 e 60, Santos (2002). Interessante que a autora cita que, os profissionais e pesquisadores envolvidos neste movimento, tinham a militância como principal dispositivo. Ou seja, eles questionavam, problematizavam, as práticas da ordem social.

Existem vários significados para o conceito de instituição. Fortuna et.al. (2014), mostram quatro formas para melhor compreensão do termo, ou seja: a) culturalista, com conjunto de valores, normas, regularidades; b) ponto de vista do positivismo jurídico; c) perspectiva antropológicas, conhecer os jogos sociais aceitos como universais pelos coletivos humanos; e, d) uma aproximação que coloca no centro a análise e o processo de ligações sociais ao poder político. No decorrer do texto, Fortuna et. al. (2014) apresentam outras características, tais como as instituições como lógicas abstratas, e materiais. Parte fixa como instituído, parte mutável como instituinte. Também, mostra as instituições como produtoras

do oposto daquilo que é o propósito delas. Ainda, Santos (2002), mostra a ideia de conceito macro e micro das instituições. Macro: instituições como todos os estabelecimentos ou organizações, com existência material ou jurídica (escolas, empresas, associações). Micro: instituições como dispositivos (grupos operativos, assembleias, conselhos de classe, grupos de discussão, entre outros).

CAPITALISMO COMO INSTITUIÇÃO

Entende-se o capitalismo como instituição, uma vez que a sua estruturação, e toda a subjetividade que o acompanha, está presente no estilo de vida da sociedade, com suas diversas organizações. Também, porque ele se enquadra nas características dos modelos de instituições. Por exemplo, Hur (2015) diz que “o modelo das instituições atingiu seu ápice enquanto mecanismo de governo do social e do indivíduo nas sociedades disciplinares”. E, que as instituições são criações sociais-históricas, construções coletivas, com significados relacionados à temporalidade histórica e à sua espacialidade geográfica e cultural. Camargo (2011) mostra que existe uma dependência econômica do capitalismo, segundo o autor:

A dependência econômica do capitalismo contemporâneo, em relação à produção de subjetividade, pode ser constatada historicamente pela necessidade do capitalismo em incorporar, mesmo que lentamente, todos os tipos de atividades que formalmente escapavam da definição clássica de trabalho. Só foi no final desse mesmo século, que as atividades da vida doméstica, do esporte, da cultura, do turismo, da religião e da educação, por exemplo, foram investidas por certo modo de subjetividade que procurou fazer com que todos os setores, se tornassem duplamente produtivos. A própria produção de subjetividade gerada por esses setores assegura sua reprodução econômica (CAMARGO, 2011).

Com o avanço da globalização, inclusive países, que por sua cultura, aparentemente não pertenceriam ao modelo do capitalismo, incorporaram em suas atividades tal lógica. Por exemplo, os países do antigo bloco soviético, China, Cuba, e Coreia do Norte (CAMARGO, 2011). Outra questão importante mencionada por Camargo (2011) é a produção desejante imposta pelo capitalismo. Ou seja, segundo ele, no modelo do capitalismo, os desejos



PERCEBE-SE NITIDAMENTE O VIVER HUMANO SENDO ATRAVESSADO PELO CAPITALISMO. PELO CONSUMO DESENFREADO, PELA EXTRAÇÃO, E PELO DESCARTE.

do indivíduo não são exclusivamente dele, mas, produzidos nos encontros que ocorrem no campo social. Por fim, Camargo (2011) diz que para Guattari, “da mesma forma que o capitalismo contemporâneo utiliza-se da produção econômica para se expandir, ele necessita também de certo tipo de subjetividade”. (CAMARGO, 2011, p. 69).

FUNIONAMENTO DAS EMPRESAS NA INSTITUIÇÃO CAPITALISMO

O vídeo Tides Foundation A História das Coisas¹ relata de forma precisa como as empresas funcionam para conseguirem atender as demandas do capitalismo. Como as coisas que desejamos são produzidas, e para onde vão quando não as queremos mais? Essas coisas se deslocam ao longo de um sistema: da extração, para produção, para distribuição, para o consumo, e para o tratamento de lixo – A economia de materiais. No entanto, a história das coisas, da extração até o descarte, analisando detalhadamente, não estão enquadradas somente nesses cinco itens citados da economia de materiais. O sistema em questão é um sistema em crise, por ser linear, e, o planeta terra finito. Detalhando mais o sistema, percebe-se que as pessoas estão presentes em cada item do mesmo. O governo e as corporações também fazem parte do sistema. No primeiro item chamado extração, essa exploração dos recursos naturais está extrapolando os limites, para que as vontades dos seres humanos sejam satisfeitas. No segundo item, produção, adiciona-se os químicos aos recursos naturais, e a poluição. As pessoas que mais sofrem com os produtos químicos, são os trabalhadores das fábricas, pois trabalham diretamente com as toxinas dos produtos químicos. Ao longo do sistema, os recursos naturais são desperdiçados, bem como as pessoas. Para sustentarem a complexidade da economia de materiais, se sujeitam a trabalharem sob quaisquer circunstâncias, muitas vezes por falta de opção. O terceiro item do sistema refere-se à distribuição. Na distribuição é necessário manter os produtos com preços baixos para serem comprados pelos consumidores. Para que os preços mantenham-se baixos, paga-se salários baixos para os trabalhadores das lojas, e se restringem outros direitos dos mesmos, entre outras ações semelhantes, relacionadas já na produção. Hoje, o ser humano é identificado como um consumidor, e seu valor é medido e demonstrado pela sua capacidade de consumo. Para tanto, relacionando esse sistema com o capitalismo, o vídeo cita

Victor Lenow, ele diz: “A nossa enorme economia produtiva, exige que façamos do consumo a nossa forma de vida. Que tornemos a compra, e uso de bens em rituais. Que procuremos a nossa satisfação espiritual, a satisfação do nosso ego no consumo. Precisamos que as coisas sejam consumidas, destruídas e descartadas a um ritmo cada vez maior”.

Ou seja, percebe-se nitidamente o viver humano sendo atravessado pelo capitalismo. Pelo consumo desenfreado, pela extração, e pelo descarte.

¹ <https://www.youtube.com/watch?v=U8XiGr-c5Y64> Tides Foundation A história das coisas

RESPONSABILIDADE SOCIAL EMPRESARIAL

Os primeiros conceitos de responsabilidade social empresarial surgem em 1950, entretanto, é na década de 1970 que o assunto é desenvolvido. O principal pensamento nessa época é que toda a organização causa impacto e interfere na sociedade em que está inserida, por isso o estudo de Preston e Post, no ano de 1975, propondo a responsabilidade social como uma atividade da gestão das organizações no contexto da vida pública (BORGER, 2001). Rufino (2014), diz que por muito tempo as empresas foram vistas somente como entidades com o único objetivo de produzir lucro. Pode-se dizer que as empresas eram vistas assim, porque de fato não apresentavam para a sociedade e todos os públicos que interage, um retorno social ou ambiental. Não apresentavam ações que ao menos minimizasse os danos causados pela extração e produção a qualquer custo, por exemplo. Atualmente, por uma questão social, uma mudança de comportamento da sociedade, referente a preocupação com o meio ambiente, poluição, violência, e todas as questões até então de responsabilidade do governo, as empresas resolveram aprimorar as suas ações, acompanhando essa nova demanda social. Entende-se um negócio sustentável e responsável como:

“A atividade econômica orientada para a geração de valor econômico-financeiro, ético, social e ambiental, cujos resultados são compartilhados com os públicos afetados. Sua produção e comercialização são organizadas de modo a reduzir continuamente o consumo de bens naturais e de serviços ecossistêmicos, a conferir competitividade e continuidade à própria atividade e a promover e manter o desenvolvimento sustentável da sociedade”. (ETHOS, 2016)



MESMO NAS EMPRESAS SOCIALMENTE RESPONSÁVEIS: SE A FORMA DE ORGANIZAR O TRABALHO NÃO FOR ALTERADA, OS TRABALHADORES CONTINUARÃO ADOECIDOS.

Então, uma empresa com ações de responsabilidade social empresarial, permanece obviamente com o objetivo de lucrar, caso contrário deixa de ser empresa, mas não um lucrar a qualquer custo. Entende-se também que esse novo olhar, mais atento e voltado para a sustentabilidade, responsabilidade social, e temas afins, tanto por parte da sociedade, quanto das empresas, aconteceu quando houve a percepção de que havia um limite para a extração e exploração dos recursos naturais, e quando identificaram muitos desses recursos extintos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em pesquisa realizada, Silva (2007) mostrou uma série de benefícios que as empresas possuíam ao praticar responsabilidade social empresarial: valorização da marca, fidelização do consumidor, capacidade de atrair e recrutar bons talentos, aumento da produtividade, entre outros. Também, o próprio Instituto Ethos de Responsabilidade Social, a maior organização no Brasil que regula essas ações, tem nos seus documentos uma cartilha que mostra o que a empresa ganha quando adere aos indicadores, Ethos (2015). Ou seja, as empresas que aderem a essas práticas responsáveis, possuem benefícios, e ao aderirem, elas estão cientes disso. Essas ações não acontecem única e exclusivamente porque as empresas estão preocupadas com o meio ambiente, por exemplo, mas, pode-se dizer, por um posicionamento de marca. Minimizam os danos, que até então não eram vistos com devida atenção? Sim, de fato podem minimizar. Mas a lógica permanece atravessada pelo capitalismo, atendendo as demandas do consumismo. Necessita ser questionado, no que diz respeito à gestão do trabalho, se

essas empresas, com todo esse cuidado e repensar, de fato proporcionam um ambiente mais saudável aos seus trabalhadores. Pois, mesmo nas empresas socialmente responsáveis, se a forma de organizar o trabalho não for alterada, os trabalhadores continuarão adoecidos.

BIBLIOGRAFIA

- BORGER, Fernanda Gabriela. Responsabilidade Social: Efeitos da Atuação Social na Dinâmica Empresarial. Tese. Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade, Universidade de São Paulo. São Paulo, 2001.
- Camargo, André Campos de. Félix Guattari: o capitalismo mundial integrado. VII Seminário de Pós-Graduação em Filosofia da UFS-Car. Anais. Sorocaba, 2011.
- Ethos, Instituto Empresas e Responsabilidade Social. Quer saber o que sua empresa ganha com os Indicadores Ethos? São Paulo, 2015.
- Ethos, Instituto Empresas e Responsabilidade Social. Indicadores Ethos para Negócios Sustentáveis e Responsáveis. Ciclo 2015/2016. Instituto Ethos. São Paulo, 2016.
- Fortuna et.al. Uma pesquisa socioclínica na França: notas sobre a Análise Institucional. *Fractal Rev. Psicol.*, v. 26, n. 2, p. 255-266, Maio/Ago., 2014.
- Hur, Domenico Uhgn. Axiomática do capital e instituições: abstratas, concretas e imateriais. *Revista Polis e Psique*, Porto Alegre, v. 5, n. 3, p. 156 – 178, 2015.
- Rufino, Maria Audenora. RESPONSABILIDADE SOCIAL E AMBIENTAL CORPORATIVA: Determinantes da divulgação de informação voluntária. Dissertação. Universidade de Brasília. Universidade Federal da Paraíba. Universidade Federal do Rio Grande do Norte. João Pessoa, 2014.
- Santos, Nair Iracema Silveira dos. Movimento Institucionalista e Análise Institucional no Brasil. *Revista Sociais e Humanas*. Santa Maria, v. 15, n.1, 2002.
- Silva, Ana Lea Santos da. Responsabilidade Social em Microempresas de Esteio/ Rio Grande do Sul. Trabalho de Conclusão de Curso. Universidade Luterana do Brasil. Canoas, 2007.
- Tides Foundation A história das coisas. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=U8XiGrc5Y64>> Acesso em: 06 junho 2016.

*Aluna especial do Programa de Pós-graduação em Psicologia Social e Institucional na Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS.



INSTITUIÇÕES PRODUTORAS DO OPOSTO DAQUILO QUE É O PROPÓSITO DELAS?